

Militarismo e religiosidade: os valores do bolsonarismo e a ameaça à democracia comunicada

Pedro Pinto de Oliveira

Universidade Federal de Mato Grosso

ppo@terra.com.br

Resumo

Analisamos os valores postos em ação pela figura pública do ex-presidente do Brasil, Jair Bolsonaro. Um político de matiz ideológico de extrema direita e viés totalitário. Seleccionamos dois valores caros a Bolsonaro que sustentam a sua performance desde 2018: o militarismo e a religiosidade. Os militares foram apresentados por ele, ao longo dos seus quatro anos na presidência, para além da capacidade de intervenção armada, como sujeitos melhores preparados do que os civis para cuidar dos interesses do país e da gestão do governo. Já a religiosidade foi tomada como desígnio do poder divino que legitima a figura do “mito” como é chamado pelos seus

fiéis seguidores. Nossa fundamentação incorpora as noções de propaganda política trazidas por Nilson Lemos Lage (1985); a teoria crítica de valor com John Dewey (2009); o conceito de mito, enquanto um configurador de valores, com Leszek Kolakowski (1981) e o conhecimento por imagens com Georges Didi-Huberman (2004). Como procedimento metodológico, seleccionamos para análise algumas imagens de um real onde os valores do militarismo e da religiosidade se fundiram e tomaram a cena política brasileira com manifestações violentas de apelo à volta da ditadura militar.

Palavras-chave: Comunicação. Propaganda Política. Figura Pública. Eleições brasileiras.

Militarism and religiosity: the values of Bolsonaroism and the threat to democracy communicated

Abstract

We analyze the values put into action by the public figure of the former president of Brazil, Jair Bolsonaro. A politician of extreme right-wing ideological hue and totalitarian bias. We select two values held dear to Bolsonaro that underpin his performance since 2018: militarism and religiosity. The military were presented by him, throughout his four years in the presidency, beyond the capacity for armed intervention, as subjects better prepared than civilians to take care of the interests of the country and the management of the government. Religiosity, on the other hand, was taken as the design of divine power that legiti-

mizes the figure of the “myth” as he is called by his faithful followers. Our foundation incorporates the notions of political propaganda brought by Nilson Lemos Lage (1985); the critical value theory of John Dewey (2009); the concept of myth, as a configurator of values, with Leszek Kolakowski (1981) and the knowledge by images with Georges Didi-Huberman (2004). As a methodological procedure, we selected for analysis some images of a real where the values of militarism and religiosity merged and took the Brazilian political scene with violent manifestations calling for the return of the military dictatorship.

Keywords: Communication. Political Propaganda. Public Figure. Brazilian Elections.

Data de submissão: 2023-03-03. Data de aprovação: 2021-05-05.

Revista Estudos em Comunicação é financiada por Fundos FEDER através do Programa Operacional Factores de Competitividade – COMPETE e por Fundos Nacionais através da FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia no âmbito do projeto *LabCom – Comunicação e Artes*, UIDB/00661/2020.

Introdução

É importante destacarmos observações que precedem e situam a análise que apresentamos neste trabalho para as “3^{as} Jornadas Patologias e Disfunções da Democracia – o regresso do modelo de propaganda: emoções, populismo e polarização”, realizada em novembro de 2022 pela Universidade da Beira Interior (UBI). Na linha do tempo, entre a proposta da comunicação para o evento e a redação final do artigo, de junho de 2022 a janeiro de 2023, a cadeia de eventos da política brasileira expôs a escalada da fusão dos valores do militarismo e religiosidade como uma disfunção grave, consequências da patologia do autoritarismo de viés totalitário que ameaça a democracia no país. O real superou as previsões acadêmicas do que poderia suceder por conta do radicalismo em estado bruto que estava represado. O Brasil civilizado assistiu, estarelecido, a barbárie da ação dos extremistas: cenas de propagação do ódio, truculência e apelo à volta da ditadura militar que ficarão para sempre na história.

O nosso corte da linha do tempo para a seleção do *corpus* vai do resultado declarado do segundo turno da eleição presidencial, dia 30 de outubro de 2022, com a legítima vitória do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, até dia 8 de janeiro de 2023, data da invasão e depredação em Brasília dos prédios do Congresso, Governo Federal e Suprema Corte pelos bolsonaristas radicais, a extrema-direita brasileira. As imagens que analisamos representam a materialidade em ação da ideia propagada pela figura pública que lidera o segmento radical no Brasil, o ex-presidente Bolsonaro.

Na construção do seu discurso autoritário, Bolsonaro sustentou nos quatro anos da presidência, e sustenta ainda hoje, a pretensão de exercer um poder que não pode ser questionado nunca. Acionados por ele na interação com seus seguidores, o militarismo e religiosidade sintetizados como verdade única são valores que revelam, também, a sua fragilidade pessoal para conviver com o conflito de ideias próprio do diálogo de uma *democracia comunicada*, ao modo *deweyano*. Intolerante e autoritário por natureza e caráter, Bolsonaro não tolera o embate democrático com o outro.

Em nosso percurso começamos com uma breve remissão da figura pública do ex-presidente Jair Bolsonaro no âmbito da sua trajetória política, “28 anos ocupando sucessivos mandatos de deputado federal sem nenhuma capacidade de aglutinação e compromisso partidário” (OLIVEIRA, 2021) até se transformar no líder do extremismo de direita no país. E, em complemento da sua performance, já ocupando a presidência, lembramos da “política da morte” (OLIVEIRA; PORTARI, 2022) que ele implementou durante a pandemia da Covid-19 no Brasil em 2020 e 2021.

Na sequência traçamos, em flashes conceituais, a relação entre os valores do militarismo e religiosidade e a fusão deles ocorridas no processo da cadeia de eventos. A fusão dos valores foi usada na estratégia comunicativa de Bolsonaro da propaganda política feita para seu público, orquestrada e reverberada nas redes sociais. Argumentamos que o militarismo e a religiosidade têm características complementares que se encaixam e propiciam esse movimento de fusão da propaganda política dos extremistas.

No último segmento do texto trazemos três conjuntos de imagens utilizados para a nossa análise. A produção de imagens das manifestações golpistas gerou um volume absurdo de cenas compartilhadas na internet. Impossível darmos conta desse geral. Nosso movimento foi no caminho de buscar uma singularidade, a seleção de cenas que expressam a fusão dos valores do militarismo e da religiosidade. As imagens foram colocadas lado a lado, na forma de um mosaico, para a análise por analogia. Nos três mosaicos vemos os valores em fusão que compõem a força do simbólico da propaganda bolsonarista. A divisão é meramente espacial: a) cenas dos bloqueios nas rodovias; b) cenas nas portas dos quartéis e c) cenas da manifestação violenta em Brasília.

A face que faltava à extrema direita

Jair Bolsonaro ocupou o cargo de deputado federal por 28 anos. Em quase três décadas no legislativo, sua produção parlamentar foi inexpressiva. Ele nunca pertenceu a um grupo político e nem manteve fidelidade partidária, pulando de um partido para outro ao sabor das conveniências eleitorais de cada pleito. Ser individualista, que cuida dos seus interesses pessoais e da sua família, é uma marca da trajetória desta figura pública:

Bolsonaro construiu uma trajetória individual, sem nenhuma fidelidade partidária, trocando de partidos ao sabor das suas conveniências de momento. Sempre pensou em si antes do outro. Um sincero egoísmo, a prioridade é o plano pessoal e familiar. Esse traço de caráter ganhou mais visibilidade agora como presidente. Ele se mostra incapaz, e claramente desinteressado, em formar grupo político ou estimular a prática partidária. Sua atuação é individual, conduzida abertamente apenas pelos seus interesses políticos e dos seus filhos. Os aliados podem ser agregados a partir desta lógica, sempre colocados em uma categoria de submissão. São os seus “aliados-seguidores”, submetidos ao controle da família Bolsonaro (OLIVEIRA, 2021, p. 70).

A disputa da sua primeira eleição para um cargo majoritário, e logo de presidente da República, foi o ponto de virada da sua trajetória política. Visto em retrospecto, o contexto eleitoral de 2018 foi totalmente favorável a Bolsonaro: a) a onda das denúncias de corrupção que engoliu o Partido dos Trabalhadores (PT) e o ex-presidente Lula na esteira da chamada Operação Lava-Jato conduzida pelo então juiz Sérgio Moro, que depois virou ministro de Bolsonaro; b) o desgaste de instituições como o Congresso e o STF, que potencializou um discurso antiestablishment e c) a fraqueza eleitoral das candidaturas de centro e de direita naquele pleito. Condições favoráveis para a figura pública que passou de obscuro deputado a “mito” da extrema-direita. Bolsonaro era face do líder que faltava ao extremismo de direita no país. Um traço comum a muitos movimentos políticos que dependem da existência da figura de um líder a ser seguido.

Do analógico para o digital. Bolsonaro e os filhos, é importante destacar, levaram para o universo das redes sociais o embate político brasileiro em volume, estratégia e alcance do discurso. A internet é o lugar onde dominam com a experiência acumulada e contributos de assessores e colaboradores especialistas em comunicação digital.

É sempre bom lembrar que o uso instrumental das redes sociais por parte do clã Bolsonaro começou bem antes da eleição de 2018. Na eleição presidencial, a família fez uso de um conhecimento acumulado de eleições passadas. Eles já tinham experiência de campanhas via internet em eleições estaduais e municipais, quando a comunicação digital ainda era uma experimentação antes de ser o principal espaço da política na atualidade. Eles estão absolutamente adaptados ao ambiente da vida digital para a comunicação política. Isso fez e ainda faz diferença a favor do clã, hoje com o acréscimo do novo patamar de poder conquistado com a eleição de presidente da República (OLIVEIRA, 2021, p. 76).

Na caracterização, portanto, da figura pública de Bolsonaro, como mentor e líder do bolsonarismo, não podemos separar o indivíduo do seu ambiente. Bolsonaro vive intensamente no digital, propaga seu ideal golpista, estimula e orienta seus seguidores por meio de suas mensagens e silêncios. Bolsonaro conseguiu consolidar um fosso separando a sociedade brasileira, ameaçando a *democracia comunicada*, bloqueando o tornar comum, rebaixando a ética cidadã e desprezando o respeito ao outro. Como líder da extrema direita, essa figura pública usa o mundo digital para contestar e desacreditar instituições-chave de uma democracia além do Parlamento: o judiciário; o jornalismo; a ciência, as universidades e os movimentos sociais.

É preciso lembrar ainda, fechando este breve panorama que situa a figura pública em questão, a performance de Bolsonaro durante a pandemia de Covid-19 no Brasil. Em especial a sua estratégia comunicativa da repetição do discurso de rebaixar a grave crise de saúde pública a uma simples disputa política e ideológica.

É fato que Bolsonaro combatia, já naquele momento, não a pandemia, mas as medidas preventivas, colocando-se contra as tentativas de administrar a doença por parte dos governos estaduais, ao mesmo tempo em que se comportava, ele próprio, de maneira totalmente irresponsável, como transmissor da doença, circulando e fazendo contatos sem máscara. Desde o primeiro instante, Bolsonaro olhou para a pandemia apenas como um confronto político e ideológico. Na sua fúnebre contabilidade eleitoral, via os mortos como déficit ou saldo dos embates e as formas administrativas e legais como entraves a serem burlados para jamais assumir a parte que lhe cabia na gestão da pandemia (OLIVEIRA, 2022, p. 126-127).

O que foi dito e repetido ao longo dos quatro anos de poder na presidência foi a aplicação prática da estratégia de propaganda política da “lei” da *repetição e orquestração* definida por Jean-Marie Domenach, conforme aponta Lage (1985): “determina a constante reafirmação do menor número possível de temas”, a verdade única do bolsonarismo. A estratégia rende pelo imenso volume de mensagens circulantes nas redes sociais, pela reiteração constante e aciona o presente pelo passado que não cessa, mobilizando as ideias mitificadas.

Mito e o presente emergente

A propaganda política de Bolsonaro aciona imagens simbólicas que sustentam o discurso do mito da superioridade moral dos militares em relação aos civis e da religião como salvação do mundo secularizado decadente que ameaçaria os valores conservadores. O conceito de mito, no “mundo dos valores”, revela, segundo Kolakowski (1981), é uma tendência de submissão da liberdade do indivíduo à força do ideal comum, de compartilhar e fazer parte de algo maior.

Sem dúvida, as necessidades que levam os homens a relativizar-se nos mitos contrariam em certo grau de liberdade. A ânsia do enraizamento no mundo organizado pelo mito tende, com efeito, a autodefinir-se em uma ordem tradicional do mundo, experimentada carismaticamente. É o desejo de entrar, além de mim mesmo, na ordem que me obriga a considerar-me como um objeto que possui capacidades fixas, como uma coisa, como algo que vem ocupar um lugar em uma construção que já estava terminada, ainda que virtualmente, antes que eu chegasse (KOLAKOWSKI, 1981, p. 23).

Para Kolakowski, o indivíduo está subordinado a uma existência passiva de aceitação do mito. Recebe os valores não só sob a pressão coercitiva da autoridade, mas também pelo poder de persuasão do líder-mito adorado, o guia da sua crença da verdade única. E graças ao mito, os indivíduos se arrogam o direito de outorgar sentido aos eventos e de se pronunciar a favor ou contra algo que pertença ao círculo dos fatos.

Por conseguinte, o mito configurador de valores implica uma renúncia à liberdade na medida em que impõe um modelo acabado, e uma renúncia à inicialidade absoluta do ser humano na medida do ser humano na medida em que insere (e insere também sua sociedade histórica) em uma situação não-histórica absolutamente original, outorga-lhe uma dimensão atemporal adicional e procura vincular-se compreensivamente com uma ordem atemporal (KOLAKOWSKI, 1981, p. 23).

A ideia de um tempo desvinculado de um passado sem ligação causal com o presente é o maior argumento da defesa do ex-presidente Jair Bolsonaro sobre a prática cotidiana de produção e compartilhamento de mensagens golpistas, de estímulo à truculência e ódio à diversidade. Os valores do militarismo

e da religiosidade têm vínculo do passado com o presente. Dito de outro modo, os valores propagados por Bolsonaro no passado recente, comunicados há quatro anos ou comunicados ontem, emergem no presente com a mesma força simbólica que suscita a ação dos seus seguidores.

Com George Herbert Mead, no aporte trazido por Vera França (2017), podemos dizer que agimos em situação não de forma inédita e autoral, mas conforme os padrões de comportamento, as técnicas e valores da coletividade na qual nos inserimos.

Mead afirma de forma categórica que o passado não se refere a acontecimentos que tem uma realidade independente do presente, mas é resultado de uma interpretação e das condicionantes que se dão na “sede da realidade”, que é sempre o presente, relembra França. A autora situa a ideia de Mead a partir das práticas comunicativas, e entre elas podemos incorporar como exemplo a propaganda política acionada por Bolsonaro na relação passado/presente. Essas práticas refletem e atuam sobre o tempo, e nossas falas dizem também sobre arranjos temporais.

A produção de atos comunicativos é nossa forma de viver o presente, nos relacionar com o mundo e com os outros; fazemos isto ordenando tempos e referências. Certamente existem enunciados que são pontuais, praticamente se limitam ao momento da enunciação. No entanto, nossas elaborações discursivas e nossa tessitura de narrativas são formas engenhosas de encrustar as várias temporalidades que irrigam nosso presente. Se é nosso interesse tratar disso, nossas análises podem incidir fortemente na revelação de quais cenários são convocados por um produto comunicativo, de onde (de qual sistema) ele retira como base para a sua inserção hoje (FRANÇA, 2017, p. 63-64).

Sustentamos assim que a cadeia de eventos entre a campanha de 2018, os quatro anos de governo, a derrota na eleição até a invasão e depredação dos prédios dos poderes em Brasília, está ligada diretamente ao processo de comunicação de propagação de valores e deve ser vista a partir de um pensamento crítico em duas instâncias que se entrecruzam:

– Conformados pelo mito, os valores do militarismo e religiosidade acionados por Bolsonaro, evocam um passado que não cessa de emergir no presente em acordo com a ideia de uma verdade que precisa ser repetida, reverberada e incorporada pelos seus seguidores. A adesão se dá pela crença no conteúdo compartilhado e também pela fé de que as mensagens traduzem uma compreensão inteligente que dá sentido ao mundo.

– Há uma efetiva relação do passado, inclusive o recente, e da emergência presente da propaganda do líder da extrema direita que mobiliza seus seguidores. A potência é cumulativa: o discurso irradia, mobiliza e convoca para a ação. Ou seja, o que Bolsonaro fala na interpelação pública, em qualquer ponto passado da linha do tempo, fica vivo na geração do presente emergente das redes sociais dos seus seguidores.

Militarismo e Religiosidade

O discurso de Jair Bolsonaro incorporou o uso político de dois valores que, primeiro, foram sobrepostos ao longo do tempo na performance da figura pública e que acabaram se fundindo no ideário bolsonarista: o militarismo e a religiosidade.

A definição de Norberto Bobbio, Nicola Matteucci e Gianfranco Pasquino (2009) da noção de militarismo mostra uma aproximação direta com a ideia de fé, de ação revestida de um desígnio divino e da autoridade moral superior para comandar as ações relativas ao controle do poder da sociedade civil.

Militarismo: visa objetivos ilimitados, objetiva penetrar em toda a sociedade, impregnar a indústria e arte, conferir às forças armadas superioridade sobre o Governo; rejeita a forma científica e racional de efetuar a tomada de decisões e ostenta atitudes de casta, de culto, de autoridade e de fé (BOBBIO; MATTEUCCI; PASQUINO, 2009, p. 748).

Se o militarismo é o controle exercido pelos militares sobre os civis, o contrário de militarismo seria então o poder dos civis. Entretanto, pela noção de religiosidade a intervenção do militarismo é autorizada a partir da crença na superioridade moral dos militares e pela ideia de que, como fiéis, estão participando de uma “guerra santa” contra os hereges, contra um secularismo decadente que ameaçaria seus valores. Aliás, vale registrar que essa tese da decadência moral como consequência do secularismo não se sustenta à luz de qualquer evidência empírica, segundo Hans Joas (2015).

A religiosidade, em seus aspectos da atividade religiosa, dedicação, crença e vista na fusão com o militarismo, reflete um efeito mensurável. Essa relação pode ser encontrada tanto no discurso quanto na ação dos fiéis bolsonaristas radicais. Ela gera um modo próprio de produzir mensagens, de compartilhar, de se sentir participativo, de fazer parte de algo grandioso, digno de sacrifícios pessoais. Em desdobramento, justifica a crença no comportamento belicoso, autorizado pela fé, e o sentimento do ódio aos diferentes.

Teoria crítica dos valores

O filósofo pragmatista John Dewey estabelece uma espécie de regra ou critério de juízo, o *dever-ser*, para a avaliação dos valores – que envolve pensamento, ao colocar o objeto julgado em suas relações e sentidos. Ele estabelece uma distinção entre a avaliação que fazemos como ato direto, emocional e prático e a avaliação com base filosófica. “Há diferenças nos termos estimar, estima, prezar e avaliar. Estimar significa apreciar, dar apreço a; avaliar significa medir de modo intelectual” (DEWEY, 1964, p. 111).

Dessa maneira, um julgamento de valor é o nome do ato que investiga as relações entre meios e fins e as leva em consideração. Outra observação pertinente para situarmos a valoração crítica dos valores é que os julgamentos dos valores não são meros registros de atitudes prévias a favor ou contra, de estima ou aversão. Os julgamentos têm efeito reconstrutivo e transformador sobre os valores, ao determinar os objetos que são dignos de estima e aprovação.

Do valor tomado na ação, a presença dos militares no governo Bolsonaro atuando inclusive em cargos de natureza civil, sem a obrigatoriedade de passar para a reserva, foi um gesto político alargado ao máximo pelo ex-presidente, seja por meio de decretos ou mudanças no estatuto dos militares. O mito da superioridade moral foi utilizado politicamente no apelo, feito por Bolsonaro, por exemplo, que as Forças Armadas tinham de atuar como “fiscais e juízes” das eleições presidenciais de 2022. Construir e propagar a imagem de competência e honestidade dos militares foi uma das formas dele de esvaziar o poder civil. A estratégia comunicativa acionava o mito da superioridade militar como objeto de estima e desejo da volta ao poder dos militares.

Volta ao poder porque, no passado recente, as Forças Armadas tomaram o poder no Brasil em um golpe militar em 1964, resultando em regime que perdurou até 1985. A redemocratização efetiva do país só foi consolidada com eleições diretas para presidente da República em 1989. O nome dado ao regime de exceção é ditadura militar. Os militares e ideólogos simpatizantes ainda se incomodam com o termo, acreditam que tenham perdido a “guerra da narrativa” para a esquerda. A tentativa da narrativa militar sempre foi chamar a ditadura de “revolução” e negar que um governo civil foi derrubado para colocar no lugar um regime de exceção, ilegítimo. Os episódios de intromissão indevida na vida civil, na verdade,

fazem parte do histórico das Forças Armadas no Brasil. A volta dos militares à cena política foi estimulada inicialmente pelo ex-presidente Michel Temer, beneficiário direto do impeachment que derrubou a presidente Dilma Rousseff, em 2016, e depois consolidada por Jair Bolsonaro, eleito em 2018.

O mito da superioridade militar foi evocado por Bolsonaro para justificar o aparelhamento do estado por milhares de militares em cargos em comissão na máquina pública. Em 2020, levantamento do Tribunal de Contas da União (TCU) identificou 6.157 militares do Exército, Aeronáutica e Marinha, da ativa e da reserva, em cargos e funções civis no governo federal.

O militarismo foi usado por Bolsonaro no seu discurso, ao longo de todo o governo, no sentido de atribuir uma força pessoal extra que detinha contra os adversários. Ele usava a expressão “o meu Exército” como sinais de adesão e submissão das Forças Armadas, instituições de Estado, ao seu projeto político. O militarismo seria o caminho “natural” e inevitável para o país enfrentar e vencer as ameaças fabricadas pelo bolsonarismo em rede: o comunismo e a dissolução dos valores caros aos conservadores como a família e a religião.

Apresentado então como força superior, posto à disposição da população crente na superioridade moral dos militares, o valor do militarismo sempre foi visto como salvação da religiosidade, e esta, por sua vez, se prestou a atribuir ainda mais estima à ideia da intervenção militar na vida civil. Um círculo vicioso dos valores que se fundem nas formas simbólicas e nos interesses políticos imediatos: o militarismo defende a liberdade religiosa da “ameaça do comunismo”; a religião depende do militarismo para ser livre; a religião defende a intervenção do militarismo na democracia.

O valor da religiosidade, entretanto, está limitado às religiões aceitas ideologicamente pela extrema direita. Só segmentos de evangélicos, em especial a corrente neopentecostal, e alguns núcleos de católicos, liderados por padres ultraconservadores, podem professar sua crença no mito Bolsonaro, o senhor das armas. Só para evangélicos e católicos é dado o “direito divino” de ficarem prostrados nas portas dos quartéis em oração pela intervenção militar. A religiosidade se faz também pela exclusão: religiões de matriz africana, como a Umbanda e o Candomblé, ou o Espiritismo e o Islamismo, em graus distintos de rejeição, estão fora do credo bolsonarista e recebem, por esta visada excludente, o mesmo repúdio dedicado, por exemplo, ao comunismo.

Na relação do passado e presente emergente, lembramos que valor conservador da religiosidade pautou as campanhas eleitorais de Bolsonaro em 2018 e também em 2022. Nas redes sociais, obedecendo à estratégia bolsonarista de incrível volume de produção, veloz disseminação e alcance, circularam séries de peças digitais de mentiras calcadas em “fatos criados” para criar o medo e a consequente rejeição ao candidato adversário de esquerda: liberação total do aborto; prisão de religiosos; fechamento de igrejas; autorização para a prática da pedofilia; mamadeira de piroca para as crianças nas escolas e a destruição da família nos moldes aceitos pelos conservadores.

As imagens da extrema direita em ação

Nossa análise das imagens produzidas e compartilhadas pelos bolsonaristas radicais busca dar a ver a fusão dos valores do militarismo e religiosidade. Como procedimento metodológico, trazemos a noção de conceito de montagem de Georges Didi-Huberman (2004). Criamos três mosaicos de imagens de cenas da extrema direita em ação. O objetivo do dispositivo criado foi apreender o conhecimento e nossa memória da continuidade da cadeia de eventos da palavra de Bolsonaro à ação dos seus seguidores radicais.

O valor do conhecimento, de acordo com o autor, não é intrínseco a uma imagem apenas. Da mesma forma, a imaginação consiste em uma “involução passiva em uma única imagem”. Para o filósofo, ao contrário, trata-se de colocar o múltiplo em movimento, de não isolar nada, de “fazer hiatos, analogias,

indeterminações e o que está além delas emergir na obra”. O conhecimento é um processo de montagem e, no caso das imagens, em sua justaposição, apreendemos como uma noção-chave na forma que se estabelece como uma escritura de algo.

Didi-Huberman enfatiza que devemos entender a dialética no sentido de uma colisão desarticulada de palavras ou imagens. As imagens colidem umas com as outras para que as palavras apareçam e as palavras colidam umas com as outras para que as imagens apareçam. “Imagens e palavras colidem para que o pensamento ocorra visualmente”.

É então que a imagem adquire uma legibilidade que surge diretamente das escolhas de montagem: ela se baseia em uma “contraposição do incomensurável”, mas não deixa de produzir uma autêntica “frase da história” (DIDI-HUBERMAN, 2004, p. 205).

Rodovias bloqueadas



Mosaico de fotos 01.

Fontes: Reprodução/Tércio Teixeira AFP/ Marcelo Victor Correio do Estado.

Tão logo foi divulgado o resultado da eleição presidencial no início da noite de 30 de outubro, diversas rodovias federais em todo o Brasil foram bloqueadas por bolsonaristas que não aceitaram a derrota de Bolsonaro na disputa contra Lula. Em Mato Grosso, estes bloqueios foram mais fortes ao longo da rodovia Br.163, que corta cidades ricas do agronegócio, como Nova Mutum, Lucas do Rio Verde, Sorriso e Sinop. O segmento do agronegócio foi, com raras dissidências, apoiador da eleição de Bolsonaro em Mato Grosso como em outros estados onde a produção agropecuária lidera a economia.

No processo de mitificação configurado pela religiosidade, Bolsonaro é adorado pelos seguidores que acreditam na sua força de superioridade moral. A propaganda marca, repetidamente, que ele foi um homem escolhido por Deus para comandar a guerra santa contra os inimigos dos valores conservadores e salvar o Brasil do comunismo. Como seus seguidores são submissos, tomados pela fé inquebrantável na escolha de Deus, as palavras de Bolsonaro, quaisquer palavras, tem poder e são inquestionáveis. Afinal, Deus fala por ele. A religiosidade é tomada, na fusão com o militarismo, pelo sentimento de estar participando de uma luta de Deus contra o Diabo. Por isso, as declarações públicas de Bolsonaro de amor à ditadura militar, à prática da tortura e morte dos adversários nunca pareceram, para os seus seguidores, contrárias ao sentimento cristão.

A guerra santa dos bolsonaristas radicais se dá no contexto mediático. Neste caso, professar a crença no corolário da extrema direita é também produzir a imagem de si, gesto do contexto contemporâneo nas redes sociais. Portanto, as manifestações dos radicais resultaram em uma profusão de imagens dos próprios bolsonaristas, do se mostrar na ação, de um compartilhar sem cessar.

Algumas cenas são “antológicas” dos gestos heroicos daqueles que creem estar vivendo um acontecimento especial, a batalha do bem contra o mal, como a do sujeito que se agarra na frente de um caminhão em movimento. Eles realmente acreditam serem guerreiros e que seus gestos, desde orar, cantar hinos militares ou arriscar a própria vida, podem contagiar outros a entrar ou seguir na luta.

Oração pelos tanques e baionetas



Mosaico de fotos 02.

Fontes: Reprodução/ Ruy Baron AFP

O militarismo e a religiosidade são valores expressos na propaganda política na forma digital no contexto mediático. Conformam a ideia de inevitabilidade, da alternativa única de poder, instâncias da mitificação usada na comunicação do bolsonarismo. Servem tanto como uma espécie de autorização, pela fé e pela força, para impô-los contra os adversários políticos quanto sustentam a estima dos segmentos sociais que emprestam apoio e de onde saem muitos dos militantes da extrema direita: policiais, militares, evangélicos, agricultores, caminhoneiros e garimpeiros.

A fusão do militarismo com a religiosidade cria imagens singulares para os dispositivos de interação entre os bolsonaristas. São imagens como “palavras, símbolos ou ações que, por um mecanismo de reflexos condicionados, despertam modelos que povoam o psiquismo humano” e geram “impulsos de aceitação ou rejeição automática de pessoas, proposições, grupos ou raças”. Na linha do que Lage (1985) convoca sobre a definição de Clyde Miller de tais dispositivos podemos assim situá-los, no caso do bolsonarismo, usando os seus próprios termos com os quais eles nomeiam suas aspirações e nomeiam suas fontes de repúdio:

- Dispositivos de aceitação: “intervenção militar”; “supremo é o povo”; “Brasil acima de tudo, Deus acima de todos”;
- Dispositivos de rejeição: “comunismo/comunistas”; “macumba/macumbeiros”; “maconha/maconeiros”; “petistas/esquerdistas”; “pedofilia/pedófilos”; “gays/lésbicas/trans”; “aborto”; “Lula”;
- Dispositivos de testemunho, que recorrem ao depoimento de autoridades: os argumentos do ideólogo bolsonarista já falecido Olavo de Carvalho, qualquer palavra dita por Bolsonaro, pastores evangélicos e outros influencers digitais ligados à extrema direita, por exemplo;
- Dispositivos de conformização em apelo à solidariedade: a luta pela “liberdade” é de todos; apoio às celebridades que sustentam o credo bolsonarista nas redes sociais, entre outras.

Podemos ver estes dispositivos, considera Lage, também como “leis” para a propaganda política, ao citar Jean-Marie Domenach:

- “*Simplificação*” e do “*inimigo único*”, que manda reduzir a doutrina à forma de um rótulo e identifica um inimigo comum ao qual se atribuem todos os “males”;
- “*Repetições e orquestrações*” que determinam a constante reafirmação do menor número de temas e disseminadas nas redes sociais pelos seguidores e pelo esquema do uso de robôs – arma da máquina de propaganda visando manter e aumentar o engajamento e a relevância do discurso da extrema direita no contexto mediático digital;
- “*Transfusão*”, que fixa um ponto de apoio propagandístico em ideias fortemente aceitas pelo público. A estratégia comunicativa aqui empresta fortemente o valor da religiosidade nas ideias compartilhadas de estar ajudando a fazer a “justiça divina”, de fazer parte da luta do “bem contra o mal”, e da verdade única da “palavra de Deus”.

Brasília invadida, a tentativa de golpe da extrema direita



Mosaico de fotos 03.
Fonte: Reprodução

Foi uma operação bem montada, organizada nas redes sociais e que suscita a suspeita de cumplicidade de parte das forças de segurança responsáveis pela defesa dos prédios dos poderes em Brasília. Chamou a atenção o grau de ferocidade e violência dos manifestantes. Passaram rapidamente de pacíficos acampados nas portas dos quartéis a furiosos e violentos dispostos a destruir o que encontrassem pela frente na invasão ao Congresso, ao Palácio do Planalto e ao STF.

As Forças Armadas não moveram uma palha para tirar os bolsonaristas das portas das guarnições militares por todo o país. Ignoraram o dever e o direito constitucional de poder de polícia para desmontar os acampamentos e as aglomerações ilegais de pessoas. Ou seja, a continuidade dos acampamentos nas portas dos quartéis foi de responsabilidade direta também das Forças Armadas, não precisavam esperar a decisão do STF determinando o desmantelamento dos acampamentos. Politizadas pela ação deliberada do ex-presidente Bolsonaro, para as Forças Armadas os acampamentos dos manifestantes da extrema direita serviam como um símbolo da superioridade moral dos militares, convocados a intervir na vida civil do país.

Estudo da pesquisadora Cirelene Maria da Silva Buta (2008), uma monografia para o curso de especialização em Direito Militar da PUC/RS, aponta que o Exército brasileiro não poderia ter se omitido um dia sequer no policiamento do entorno dos seus quartéis, não permitindo a instalação dos acampa-

mentos dos bolsonaristas. Pela lei, é tanto um direito quanto um dever das Forças Armadas manter a segurança no entorno dos quartéis. O descumprimento do dever constitucional foi uma demonstração de leniência e cumplicidade do Exército em relação aos radicais que pediam a volta da ditadura militar e agiam para organizar a tentativa de golpe.

Duas constatações em contraponto ao argumento de que os acampamentos eram manifestações pacíficas dos bolsonaristas em protesto legítimo contra o resultado das eleições: a) qualquer protesto, ainda que tome uma forma “pacífica”, precisa ter amparo legal dentro de um estado democrático de direito. É crime, mesmo sem uso da violência, atentar contra a democracia. Em orações, ajoelhados nas portas dos quartéis, sem esboçar qualquer gesto violento, o propósito dos manifestantes não deixou de ser criminoso – derrubar a democracia pedindo a volta da ditadura militar; b) os acampamentos serviram de cenário ideal para a produção das mensagens extremistas de convocação do golpe militar que conspiravam impunemente nas suas redes sociais; Na prática se transformaram em verdadeiros ninhos de formação e organização dos radicais. Foi do acampamento na porta do QG do Exército em Brasília que partiu a horda de extremistas que para atos violentos do dia 8 de janeiro, no intuito deliberado de criar um clima de instabilidade institucional que justificaria a intervenção militar e a manutenção do poder do ex-presidente derrotado nas urnas.

As imagens de destruição em Brasília representaram o real de uma tentativa de golpe. Pelo grau de violência e de fúria dos manifestantes pode ser medida a influência do discurso golpista de Bolsonaro ao longo do tempo. A imagem de um extremista defecando dentro do palácio do governo compõe a cena emblemática do grotesco da barbárie antidemocrática.

Últimos apontamentos

A responsabilidade do ex-presidente Jair Bolsonaro está ligada diretamente ao seu papel de mentor da extrema direita. Ele agiu nos quatro anos de governo na comunicação direta com seus seguidores sendo um guia do extremismo. O líder que estimulou, criou e orientou ideias e ações. Até o silêncio assumido logo depois da derrota na eleição foi uma espécie de senha para a sanha golpista. A omissão, como ensina a fenomenologia social, também é uma forma de ação. A comunicação generalizada e sistemática da desinformação; o discurso de ódio e a aniquilação simbólica dos adversários fazem parte do acervo da memória desta figura pública. O presente emergente convoca um passado que não cessa de se transformar, seja no sentido de tentar negar ou reafirmar responsabilidades pessoais ou de justificar os valores que sustentam a essência e a existência do movimento da extrema direita no Brasil.

Jair Bolsonaro vai liderar a extrema direita sem dificuldades, não há outra liderança forjada neste espectro para fazer sombra a ele. O exercício desse comando não exige esforço físico ou mental, pavor do líder que se mostrou preguiçoso no exercício das tarefas de um presidente da República. Bolsonaro vai continuar a despejar suas mensagens radicais onde ele efetivamente “vive”: nas redes sociais. O ambiente envenenado das redes bolsonaristas, com a comunicação em grupos de pessoas que dividem as mesmas crenças e sentimentos, é o espaço de excelência de Bolsonaro e dos seus filhos.

O pedido da volta da ditadura militar na porta dos quartéis gerou cenas insólitas do mito da superioridade moral dos militares em relação aos civis. Cenas que mostraram também o rebaixamento da religiosidade ao jogo sujo, nada divino, da política dos homens. Nunca antes na história deste país o nome de Deus foi tão invocado para servir aos interesses pessoais de uma diabólica figura pública do extremismo político, defensor da tortura e da morte dos adversários. Não há ilusões: Bolsonaro e a extrema direita continuarão usando Deus como cúmplice dos seus planos radicais.

Bolsonaro fez um desserviço à democracia brasileira ao trazer o militarismo novamente para centro da vida civil. Estimulando o mito da superioridade moral dos militares, o presidente da extrema

direita rebaixou o estado democrático de direito. Definitivamente uma distorção anticonstitucional que ameaça a democracia: as Forças Armadas não são mediadoras; não estão acima das Forças Cíveis e nem podem ocupar os espaços cíveis de poder.

O contraponto ao extremismo será sempre político. A defesa dos valores democráticos sabendo lidar com o necessário conflito de ideias que fortalece uma democracia. O que é diferente de tolerar a intolerância manifesta daqueles que usam a violência e pregam a volta da ditadura. E com o novo governo que dê respostas sociais e econômicas para a superação de problemas de sempre do Brasil: a imensa desigualdade social e os preconceitos de todas as ordens. Só assim o grito da extrema direita cairá no vazio, sem poder de reverberação das câmaras de eco digitais e sem o risco da adesão alienada dos segmentos sociais do centro e da direita.

Referências Bibliográficas

- BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de Política*. Brasília: Editora UNB, 2009.
- BUTA, Cirelene Maria da Silva. *A projeção do poder de polícia do Exército Brasileiro nas áreas adjacentes aos aquartelamentos*. 2008. Monografia (Especialização em Direito Militar) – PUCRS, Porto Alegre, 2008.
- DEWEY, John. *A valoração nas ciências humanas*. Campinas, SP: Autores Associados, 2009.
- DEWEY, John. *Teoria da vida moral*. São Paulo: IBRASA, 1964.
- DIDI-HUBERMAN, Georges. *Imágenes pese a todo*. Barcelona: Paidós, 2004.
- FRANÇA, Vera Regina Veiga. *A questão do tempo na perspectiva pragmatista da Comunicação*. Aula inaugural do PPGCOM/UFOP, Juiz de Fora, MG, 3 maio 2017.
- JOAS, Hans. A secularização conduz à decadência moral? *Sociologias-UFRGS*, Porto Alegre, v. 17, n. 39, p. 224-246, mai./ago. 2015.
- KOLAKOWSKI, Leszek. *A presença do Mito*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1981.
- LAGE, Nilson. O discurso da ditadura e a norma culta do Rio de Janeiro. *Comunicação & Política*, Rio de Janeiro, v. 3, n. 1-4, p. 94-109, 1985.
- OLIVEIRA, P. P. A “ideia plana” e a repulsa ao Outro: o caso Bolsonaro(s). *Mediapolis*, Coimbra, n. 12, p. 67-82, 2021.
- OLIVEIRA, Pedro P.; PORTARI, Rodrigo D. L. Três ideias sobre a política da morte e uma figura pública. *Rumores*, USP, São Paulo, n. 31, v. 16, p. 112-132, 2022.

Meio Eletrônico – Internet/Fotos

- PRF contabiliza 18 bloqueios bolsonaristas ilegais pelas rodovias do País. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/politica/prf-contabiliza-18-bloqueios-bolsonaristas-ilegais-pelas-rodovias-do-pais/>. Acesso em: 9 jan. 2023 às 20h13.
- Polícia vai às ruas para identificar participantes de atos bolsonaristas. Disponível em: <https://correiodoestado.com.br/cidades/policia-vai-as-ruas-para-identificar-participantes-de-atos/407052/>. Acesso em: 10 jan. 2023 às 1h17.
- Bolsonaristas de ajoelham e abraçam quartel em SP e rezam pai nosso pelo golpe. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2022/11/bolsonaristas-se-ajoelham-abracam-quartel-em-sp-e-rezam-pai-nosso-pelo-golpe-veja-video.shtml>. Acesso em: 10 jan. 2023 às 10h25.
- Veja vídeo de bolsonaristas criando muro das lamentações. Disponível em: <https://www.tribunadaimprensa.com.br/noticia/veja-video-bolsonarista-criam-muro-das-lamentacoes-tupiniquim>. Acesso em: 10 jan. 2023 às 10h29.

Movimento radical bolsonarista tem traços de seita, avalia psicanalista e professor da USP. Disponível em: <https://nosopinando.com.br/movimento-radical-bolsonarista-tem-tracos-de-seita-avalia-psicanalista-e-professor-da-usp/>. Acesso em: 10 jan. 2023 às 10h38.

Milhares ocupam Congresso contra vitória de Lula nas eleições. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/coluna/radar/milhares-ocupam-o-congresso-contra-vitoria-de-lula-nas-eleicoes/>. Acesso em: 10 jan. 2023 às 10h50.